

A AUTOCRÍTICA DE LUKÁCS A SUAS OBRAS JUVENIS: O FATOR SUBJETIVO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO¹

*Lukács's self-criticism of his youthful works: The subjective factor and the
revolutionary process*

FORTES, Ronaldo Vielmi²

RESUMO

Tema ainda não tratado de maneira devida é a autocrítica realizada pelo filósofo húngaro György Lukács ao seu livro História e Consciência de Classe. Ao criticar sua obra mais influente, Lukács localiza em seus erros do passado os mesmos traços erráticos que vigoram no pensamento filosófico de seu tempo, tornando a crítica de seu pensamento juvenil o esteio para a refutação dos desvios do próprio marxismo e das chamadas teorias críticas contemporâneas. O artigo procura trazer à tona elementos importantes das considerações tardias de Lukács acerca do problema da relação entre o papel subjetivo nos processos revolucionários.

Palavras-chave: Jovem Lukács. História e Consciência de Classe. Subjetividade e revolução.

ABSTRACT

A theme still untreated in a proper manner is the self-criticism carried out by the Hungarian philosopher György Lukács to his book History and Class Consciousness. By criticizing his most influential work, Lukács locates in his mistakes of the past the same erratic traits that prevail in the philosophical thought of his time, making the critique of his youthful thought the mainstay for the refutation of the deviations of Marxism itself and of the so-called contemporary critical theories. The article seeks to bring to light important elements of Lukács' late considerations on the problem of the relation between the subjective role in revolutionary processes.

Keywords: Young Lukács. History and Class Consciousness. Subjectivity and revolution.

¹ O artigo compõe resultados parciais da pesquisa de pós-doutorado realizada junto ao Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG.

² Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Doutorado na área de filosofia em 2011. Realizou pesquisa de pós-doutorado pela UBA - Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofia y Letras sobre a ontologia no pensamento de György Lukács e Nicolai Hartmann. Em 2014 realizou pós-doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora, junto à Faculdade de Serviço Social, cujo tema versou sobre a politicidade na obra tardia de György Lukács. Desenvolve pesquisas na área do marxismo, ontologia no século XX, com ênfase na investigação das obras de Karl Marx, György Lukács e Nicolai Hartmann. Áreas de Interesse: Ontologia, Marxismo, Lukács, Marx, Realismo Crítico e Filosofia Social e Política. Co-coordenador da 'Biblioteca Lukács' coleção editada pela Boitempo Editorial. E-mail: <vielmi.ronaldo@uff.edu.br>.

A questão sobre as linhas de continuidade e as rupturas entre o “velho” Lukács da “Ontologia” e o então ainda jovem filósofo de História e Consciência de Classe é ainda um tema que suscita muitos debates e está longe de ser encerrado. Mesmo que o próprio autor nos anos finais de vida tenha estabelecido uma autocrítica lúcida e precisa sobre suas reflexões de juventude, há de se observar que dentre os temas importantes presentes em suas obras, alguns sofrem modificações significativas, outros são retomados e postos em novos patamares de reflexão, sem implicar necessariamente a completa ruptura com as elaborações anteriores – muito embora apresentem uma reestruturação significativa em seus argumentos de fundo.

Vale recordar aqui a crítica realizada por Lukács ao seu mais famoso livro, História e Consciência de Classe, no prefácio à reedição de sua obra, escrito em 1967. Dentre os diversos apontamentos levantados contra sua obra juvenil, decerto o mais central pode ser identificado na natureza prevalentemente gnosiológica pela qual o jovem filósofo interpreta o pensamento de Marx, em detrimento à percepção das bases ontológicas das reflexões do filósofo alemão. Citando textualmente o próprio autor:

História e consciência de classe representa objetivamente – contra as intenções subjetivas de seu autor – uma tendência no interior da história do marxismo que, embora revele fortes diferenças tanto no que diz respeito à fundamentação filosófica quanto nas consequências políticas, volta-se, voluntária ou involuntariamente, contra os fundamentos da ontologia do marxismo. (LUKÁCS, 2003, p.14).

O caminho que leva das reflexões ainda assentadas sobre problemas de uma suposta metodologia de Marx até o entendimento das bases ontológicas do pensamento marxiano marca sobremaneira a mais importante inflexão que pode ser observada no pensamento lukacsiano. O próprio Lukács reconhece a natureza fundamentalmente distinta de suas bases filosóficas do período, ao advertir nas linhas iniciais do referido prefácio crítico para a natureza ainda “experimental” de seus escritos dos anos antecedentes à década de 30.

Ao publicar os documentos mais importantes dessa época (1919-1930), minha intenção é justamente enfatizar seu caráter experimental, e de modo algum conferir-lhes um significado atual na disputa presente em torno do autêntico marxismo. (LUKÁCS, 2003, p. 2).

O opúsculo Reboquismo e Dialética, recentemente traduzido para o português, reacende o debate sobre a busca da natureza autêntica do pensamento marxiano. A prerrogativa da “autenticidade” é posta pelo próprio pensador húngaro que faz dessa busca uma das tarefas principais de suas últimas empreitadas teóricas. Vale lembrar suas palavras a esse propósito, por meio das quais de maneira enfática chama a atenção para a necessidade de redescobrir o pensamento de Marx, cuja natureza mais íntima se assenta sob o caráter de suas proposições ontológicas acerca do ser social.

O que se observa ao longo de suas obras anteriores à década de 30 é a presença de temas de grande relevância para o pensamento filosófico e para o marxismo, muito embora em suas fases iniciais o tratamento conferido aos temas caracteriza-se como aproximações ainda enviesadas e contaminadas por tendências filosóficas hegemônicas de seu tempo. Foram tais tendências os principais obstáculos para o entendimento preciso das determinações marxianas acerca da ontologia do ser social. História e consciência de classe tem o mérito de concentrar em suas páginas tendências efetivas do pensamento de sua época, aspecto que justifica em parte a

grande influência exercida por sua obra ao longo do século XX. A crítica a essa obra não tem portanto apenas a dimensão da autocrítica, porém volta-se de maneira decisiva contra os equívocos de seu tempo, ou melhor, contra os eixos que fundamentavam as questões centrais do pensamento filosófico de seu tempo.

Retomar temas relevantes do período juvenil do pensador húngaro à luz de suas últimas reflexões tem uma repercussão de dupla ordem: em primeiro lugar, aos estudiosos de Lukács, permite compreender a evolução de suas reflexões, determinando os pontos centrais de rupturas e mudanças em seu pensamento. Sob esse aspecto contribui para a exegese do decurso de suas ideias. Em segundo lugar, o entendimento das bases de seu pensamento de juventude e a crítica dessas bases realizadas pelo próprio autor nos ajudam a compreender as principais tendências e os debates centrais do pensamento filosófico da primeira metade do século XX, possibilitando construir uma crítica mais ampla às principais correntes do pensamento da época³

A questão da continuidade e descontinuidade temática que propomos tratar nesse artigo pode ser vislumbrada de maneira direta na presença do tema do “fator subjetivo” como momento decisivo no processo e na dinâmica de transformação social. A questão que atravessa sobremaneira as páginas de História e consciência de classe é retomada na defesa que o autor faz de seu livro, e encontra-se igualmente presente nas reflexões realizadas por Lukács em sua última grande obra, “Para uma ontologia do ser social”.

Em “Reboquismo e dialética” o problema surge já nas primeiras páginas, onde aparecem seus argumentos defensivos contra as críticas de Rudas e de Deborin. Não cabe aqui reproduzir as linhas da argumentação lukacsiana em todas as suas nuances, uma vez que o acesso ao texto é permitido ao leitor de maneira direta pela edição recentemente publicada. Apenas salientando os aspectos mais condizentes com o tema ora abordado, cabe por evidência os aspectos mais decisivos da defesa construída pelo autor contra seus críticos.

O primeiro movimento argumentativo contra a crítica de Rudas e Deborin se volta logo de saída à refutação da acusação de uma fundamentação subjetivista de seu livro. Segundo Lukács, “toda vez que um ataque oportunista é desferido contra a dialética revolucionária, ele aparece sob o lema ‘contra o subjetivismo’ (Bernstein contra Marx, Kautsky contra Lenin)” (LUKÁCS, 2015, p. 34). A objeção do jovem Lukács às críticas recebidas circunscreve o problema no interior de relações dialéticas e históricas precisas. Para nosso autor, o fator subjetivo não aparece apenas como elemento disparador de tendências objetivas, mas sua própria dinâmica faz com que as ações atinentes a essa dimensão específica da sociabilidade se tornem no decorrer desse mesmo processo fatores objetivos. Ao contrapor-se a Rudas, o autor explicita sua posição:

A interação dialética de sujeito e objeto no processo histórico consiste justamente no fato de que o fator subjetivo, que obviamente é um produto, um fator do processo objetivo – o que foi por mim ressaltado de muitas maneiras (por exemplo, p. 181) –, em certas situações históricas, cujo aparecimento também é causado pelo processo objetivo (por

³ No Prefácio de 1967, Lukács faz um sintético, porém interessante, relato sobre a posição de sua obra no período histórico na qual foi escrita. As considerações do autor nos ajudam a compreender os motivos pelos quais História e consciência de classe influenciou profundamente o pensamento do século XX, tanto o de seus seguidores quanto de seus opositores (Heidegger, por exemplo). A esse respeito cf. Lukács: 2003: 20-29.

exemplo, G.u.K., p. 315), tem uma repercussão orientadora sobre o próprio processo. Essa repercussão só é possível na práxis, só no presente (por essa razão, utilizo a palavra “instante” para destacar com precisão esse caráter presente e prático). Depois que a ação foi levada a cabo, o fator subjetivo volta a integrar-se à série dos fatores objetivos. (LUKÁCS, 2015, p. 42).

E concluindo, o autor acrescenta:

Portanto, o “instante” de modo algum pode ser separado do “processo”, o sujeito de modo algum se contrapõe ao objeto de forma rígida e incomunicável. O método dialético não significa nem uma unidade indiferenciada nem uma separação rígida dos fatores. Muito pelo contrário, significa a ininterrupta autonomização dos fatores e a ininterrupta anulação dessa autonomia. Expus diversas vezes em meu livro como se dá concretamente essa interação dialética dos fatores do processo em virtude da renovada anulação dessa autonomia. Nesse ponto, o que interessa é entender que essa autonomia (dialética, e que, por isso, sempre volta a ser dialeticamente superada) do fator subjetivo no atual estágio do processo histórico, no período da revolução proletária, constitui uma característica decisiva da situação global. (LUKÁCS, 2015, p. 43).

O caráter dialético das relações entre o fator subjetivo e o fator objetivo é ressaltado de maneira evidente nessas elaborações. No entanto, postas à luz de suas elaborações posteriores, o apelo à dialética, à resolução por meio a consideração da determinação recíproca dos dois momentos, tendo o fator subjetivo papel relevante na própria conversão em objetividade social, não revolve a questão de fundo presente nesse problema em particular. Além do mais, afirmar a “ininterrupta autonomização dos fatores e a ininterrupta superação desta autonomia” coloca seus postulados, como o próprio autor reconhece 40 anos depois, bem próximos à ideia hegeliana do sujeito-objeto idêntico. Chama a atenção, nesse mesmo sentido, a afirmação do jovem autor, segundo a qual “o proletariado foi o primeiro, e até agora é o único, sujeito a que se aplicou esse entendimento” (LUKÁCS, 2015, p. 39), destacando o papel histórico decisivo da classe do proletariado de lançar as bases de uma nova sociedade sem classes e, desse modo, superar a alienação, no sentido de reapropriar-se das próprias alienações, encerrando a “pré-história” da humanidade.

Todo o esforço gasto em seu texto contra seus críticos ancora-se na defesa em demonstrar que suas elaborações da época não se reduzem a um subjetivismo extremo, algo como a afirmação de “que ‘só’ a consciência de classe do proletariado seria a força motriz da revolução” (LUKÁCS, 2015, p. 47). Porém o que chama a atenção em sua autocrítica são os apontamentos que acusam problemas bem próximos a esses, onde o próprio Lukács destaca que esses escritos estão marcados pela influência do subjetivismo e do idealismo de talhe hegeliano. Muito embora, cabe advertir, não haja nenhuma semelhança nas refutações que o autor dirige a si mesmo com os argumentos de Rudas e Deborin combatidos no texto em questão.

Em síntese, se nas formulações anteriores os aspectos da relação dialética entre o fator subjetivo e o objetivo não são negligenciados, no entanto não se poderia dizer que o tratamento que fora conferido à questão permitisse resolver e explicitar a natureza efetiva das mediações que intercorrem nessa dupla polaridade da atividade social humana. A emersão dos fatores subjetivos a partir das condições objetivas da realidade social permaneceu irretocada em sua essência, deixando em aberto a compreensão dos efetivos laços entre as duas dimensões.

O problema do fator subjetivo retorna com peso significativo nas considerações de Lukács em sua última obra Para a ontologia do ser social. No entanto, o tratamento

conferido ao problema assenta-se sobre bases bem diversas. Para compreender as continuidades e descontinuidades na consideração da questão há de se recordar aqui o cerne de sua autocrítica feita no Prefácio de 1967, segundo o qual o aspecto relevante negligenciado em suas reflexões do período de História e Consciência de Classe, concentrava-se na consideração imprecisa e meramente tópica da esfera da economia. Citando a si mesmo para logo na sequência refutar suas posições da época, Lukács relembra passagens de sua mais famosa obra:

Não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. Esse paradoxo metodológico acentua-se ainda mais porque a totalidade era vista como a portadora categorial do princípio revolucionário da ciência: A primazia da categoria da totalidade é portadora do princípio revolucionário da ciência. (LUKÁCS, 2003, p. 21).

Nessa etapa específica da construção de seu pensamento vemos com clareza a relevância conferida à categoria totalidade em contraposição à “prioridade da esfera da economia”. O autor denuncia o excesso de hegelianismo característico dessa época, na qual ele ainda “opunha a posição metodológica central da totalidade à prioridade da economia” (LUKÁCS, 2003, p. 21). O mesmo hegelianismo se manifesta, conforme já antecipamos, na concepção do sujeito objeto idêntico.

No que concerne ao tratamento do problema, hoje não é difícil perceber que ele se dá inteiramente no espírito hegeliano. Sobretudo porque o fundamento filosófico último desse tratamento é constituído pelo sujeito-objeto idêntico, que se realiza no processo histórico. É claro que, para o próprio Hegel, o surgimento desse sujeito-objeto é de tipo lógico-filosófico: ao atingir-se a etapa superior do espírito absoluto na filosofia com a retomada da alienação e com o retorno da consciência de si a si mesma, realiza-se o sujeito-objeto idêntico. Na História e consciência de classe, ao contrário, esse é um processo histórico social que culmina no fato de que o proletariado realiza essa etapa na sua consciência de classe, tornando-se o sujeito-objeto idêntico da história. (LUKÁCS, 2003, p. 24).

A identificação entre sujeito e objeto em última instância tenderia a subestimar a relevância da objetividade, fazendo com que a teoria social assim construída se convertesse em reflexões primordialmente voltadas às condições subjetivas dos processos sociais. A ênfase recai na superação da alienação posta como papel precípua da consciência no interior desse processo. Consideradas dessa maneira toda a situação resultaria agravada na medida em que a superação da alienação significaria a necessidade de superar a própria objetividade, nesse sentido, caracterizar-se-ia como uma superação de cunho essencialmente “espiritualista”.

Contra esse aspecto particular de seus escritos juvenis, o Lukács maduro observa recorrendo ao pensamento de Lenin:

Portanto, aquilo que para mim correspondia a uma intenção subjetiva e que para Lenin era o resultado da autêntica análise marxista de um movimento prático dentro da totalidade da sociedade tornou-se em minha exposição um resultado puramente teórico e, portanto, algo essencialmente contemplativo. A conversão da consciência “atribuída” em práxis revolucionária aparecida então – considerada objetivamente – como simples milagre. A inversão de uma intenção em si correta é consequência da própria concepção abstrata idealista já mencionada. (LUKÁCS, 2003, p. 18).

Não deixa de ser interessante confrontar essa passagem com a seção 2 de sua defesa contra Rudas, intitulada “atribuição”, pois com essas poucas palavras Lukács fornece um testemunho preciso dos limites e incapacidades na interpretação das ideias e das

reflexões dos clássicos do marxismo. As mesmas citações de Marx e Lenin que naquele momento o amparam contra Rudas e Deborin figuram na fase tardia de seu pensamento como contrapontos às suas próprias ideias de juventude.

A motivação para tal “deficiência” das reflexões do período, Lukács a encontra na maneira imprecisa como considerava a esfera da economia, assim como a ausência da tematização sobre o complexo trabalho.

Procura-se, é verdade, tornar compreensíveis todos os fenômenos ideológicos a partir de sua base econômica, mas a economia torna-se estreita quando se elimina dela a categoria marxista fundamental: o trabalho como mediador do metabolismo da sociedade com a natureza. Mas isso é o resultado natural dessa posição metodológica fundamental. Como consequência, os pilares reais e mais importantes da visão marxista do mundo desaparecem, e a tentativa de tirar, com extrema radicalidade, as últimas conclusões revolucionárias do marxismo permanece sem sua autêntica justificação econômica. É evidente que a objetividade ontológica da natureza, que constitui o fundamento ôntico desse metabolismo, tem de desaparecer. Mas com isso desaparece também, ao mesmo tempo, aquela ação recíproca existente entre o trabalho considerado de maneira autenticamente materialista e o desenvolvimento dos homens que trabalham. (LUKÁCS, 2003, p. 15-6).

A base desses “erros filosóficos” está em tomar como ponto de partida da análise dos fenômenos econômicos, não o trabalho como complexo fundante do ser social, mas considerar sobretudo as “estruturas complexas da economia mercantil mais desenvolvida”. Por esse motivo, logo de saída, a reflexão negligencia as “questões decisivas, como a da relação entre teoria e prática, ou sujeito e objeto” (LUKÁCS, 2003, p. 20).

Vale insistir nesse ponto, pois apesar de encontrarmos em Reboquismo e dialética referências diretas ao tema do trabalho e à relação homem-natureza, não há nessas considerações o peso analítico que confere a esses elementos importância decisiva na determinação dos complexos mais decisivos do ser social (qual seja, o trabalho e a reprodução). Suas considerações aparecem muito mais como referências a Marx que o auxiliam a refutar as críticas indevidas de Rudas e Deborin, permanecendo muito mais circunscrita à questão do conhecimento da natureza do que propriamente ao trabalho como o fundamento genético do devir homem do homem.

A dimensão e as consequências dessa ausência podem ser compreendidas remetendo a suas reflexões tardias sobre a ontologia do ser social. Em que sentido o trabalho permite compreender o papel do fator subjetivo na determinação da objetividade dos processos sociais e como ele atua no interior desses processos é algo que não pode prescindir em sua explicação do trabalho como modelo mais geral de toda práxis do ser social.⁴

No âmbito da economia podemos identificar duas formas do pôr teleológico: atos que visam diretamente a ação sobre a natureza (trabalho) e aquelas atos teleológicos que visam a consciência de outros indivíduos, ou seja, tem por finalidade induzir os homens a determinadas ações e influenciar suas tomadas de decisão. Afirmar a presença de pores teleológicos como base da dinâmica econômica significa negar a esses processos um automovimento, um desenvolvimento unívoco de auto-engendramento

⁴ As ideias expostas nesse parágrafo e as análises que se seguem foram por mim trabalhadas com maior acuidade no artigo “A dialética entre o ideal e o material: o complexo categorial da politicidade na obra tardia de Lukács”, publicado na Revista Trabalho & Educação, n. 24.1, 2015.

de seus decursos. Trata-se de compreender a dinâmica econômica a partir dos atos da práxis humana que põem em movimento a legalidade da esfera da reprodução material da sociedade. Recorrendo aos textos de Marx, Lukács argumenta em prol de sua tese que o movimento da economia “sempre pressupõe atos econômicos dos compradores ou então dos vendedores” (LUKÁCS, 2013, p. 359). As tendências dessa esfera se constituem como formas de objetividade, como legalidades cujos movimentos se processam de maneira independente das consciências dos indivíduos, tal aspecto, no entanto, não elimina o fato de que sejam frutos do conjunto das ações desses indivíduos. A dinâmica mais geral da economia é o resultado da “indissolúvel concomitância operativa entre o homem singular e as circunstâncias sociais em que atua” (LUKÁCS, 2013, p. 618), ou seja, tais tendências são constituídas pela síntese dos inúmeros pores teleológicos “singulares” efetivados nos desdobramentos históricos das relações sociais. Ressalte-se aqui ‘singulares’, pois o processo não possui telos, um fim último para o qual caminha arrastando consigo as individualidades.

Considerado sobre tais determinações, o fator subjetivo aparece como um momento no interior de um complexo:

A polarização do ser social em totalidade social objetiva num dos polos e um sem- número de condutas de vida individuais no outro tem por consequência que essa dialética dos pores teleológicos e das cadeias causais por elas provocadas necessariamente assumam uma figura diferente em cada um dos polos. Vimos que, em determinados momentos decisivos do ser social, as cadeias causais se impõem independentemente do pensamento e da vontade humanas, mas que de um modo objetivamente indissociável disso as suas respectivas formas fenomênicas concretas só conseguem realizar-se pela mediação do que, a seu tempo, chamamos de fator subjetivo. Portanto, a constituição concreta de toda sociedade é um produto da atividade humana, possuindo, ao mesmo tempo, uma realidade independente, um crescimento autônomo perante ela. (LUKÁCS, 2013, p. 731).

A totalidade dos processos econômicos aparece determinada como a síntese de múltiplos atos individuais. Não obstante, essa totalidade possui uma autonomia frente a esses atos que a instituem, pois passa a configurar como uma legalidade cuja dinâmica processual se apresenta diante dos homens como um conjunto de nexos causais que suscitem problemas e questões para os quais os indivíduos buscam respostas, como forma de criar as condições necessárias à reprodução de suas vidas. Essa dinâmica posta pelos processos da economia passa a figurar diante dos indivíduos como nexos causais independentes, atuam sobre os indivíduos exigindo deles respostas condizentes à efetividade de sua realidade social. Esses, no entanto, possuem uma característica fundamentalmente distinta da causalidade natural: trata-se da legalidade tendencial produzida e posta em movimento pelos atos singulares dos indivíduos – nesse sentido é causalidade social. O processo que tem seu curso iniciado por atos teleológicos, por sua vez, retroage sobre a própria malha social e aparece como indutora de novos pores teleológicos dos homens. Nesse sentido, para Lukács nos processos do ser social existe “a simultânea dependência e independência de seus produtos e processos específicos em relação aos atos individuais que, no plano imediato, fazem com que eles surjam e prossigam”⁵. Os fatores subjetivos e objetivos são determinados como momentos diferenciados da totalidade aqui em causa. Ambos provêm da mesma base, encontram-se imbricados um no outro e interagem sob a forma da determinação de reflexão (Reflexionsbestimmung). Os atos individuais, cujo

⁵ LUKÁCS, György; Para uma ontologia do ser social, l, op. cit. 345.

campo de ação é a imediatidade do mundo fenomênico, engendram as tendências legais dos processos econômicos e, simultaneamente, produzem a gama de determinações particulares características do hic et nunc histórico-social. Nos termos do autor:

Todo evento social decorre de pores teleológicos individuais; mas, em si, é de caráter puramente causal. /.../ O processo global da sociedade é um processo causal, que possui suas próprias normatividades, mas não é jamais objetivamente dirigido para a realização de finalidades. (LUKÁCS, 1995, 39-40).

As reflexões desenvolvidas em sua Ontologia não possuem, desse modo, o caráter de mera referência protocolar ao problema da relação dialética. Trata-se antes de tudo da demonstração do processo da gênese e dos vínculos inexoráveis entre os polos constitutivos do movimento histórico-social: fatores subjetivos e objetivos.

O desenvolvimento do tema na ontologia aparece, por questões óbvias, associado às reflexões que o autor tece em relação à política. Se no âmbito do trabalho os nexos causais aparecem de forma mais direta e imediata, na medida em que estão em jogo as leis da natureza, no campo da política a “matéria” sobre a qual incide as ações dos homens é mais fluida e inconstante. A objetividade nesse plano da atividade humana corresponde a formas sociais de interação entre os homens, formas essas que guardam uma relação, ainda que em última instância, com a dimensão econômica da sociabilidade. Nesse sentido, a política aparece como a prevalência dos pôres teleológicos secundários cuja primazia, em última instância, volta-se para o complexo social da reprodução, ou seja, para a esfera econômica.

O pôr teleológico da práxis política apresenta de igual modo finalidades que devem necessariamente atuar sobre a realidade social, por meio da compreensão da malha causal postas em jogo nos processos sociais. Toda ação dos indivíduos necessita, para se tornar autêntico pôr teleológico, influir de maneira efetiva sobre o curso dos processos objetivos do ser social. Os nexos causais da objetividade social fornecem o campo de possibilidades para as ações e decisões dos indivíduos. Suas respostas não são resultados mecânicos dessa base, pelo contrário, constituem tomadas de decisões sobre as alternativas concretas, efetivamente existentes.

Quando em suas ações no campo da objetividade social não são apreendidos e postos efetivamente em movimento os nexos efetivos da realidade societária, as intenções dos indivíduos tornam-se meras volições, ou seja, simples vontades em cujas ações se expressa a incapacidade de pôr em curso a malha objetiva dos processos sociais. Nesses termos, para Lukács, “tanto no metabolismo com a natureza como na influência dos pores teleológicos de outras pessoas, o pôr só pode se tornar efetivo quando põe em marcha pessoas, forças etc. reais como seu objeto intencional” (LUKÁCS, 2013, p. 359).

As decisões entre alternativas assumidas pelos homens em sua vida cotidiana, ou mesmo não âmbito das ações políticas, podem acelerar, desviar ou até mesmo retardar o curso das tendências mais gerais postas no processo social. Todavia as diretrizes efetivamente operantes dos processos socioeconômicos se impõem na dinâmica concreta da sociabilidade, não de maneira mecânica ou determinista, mas prevalecem sempre sob a forma de alternativas circunscritas ao campo de possibilidades objetivamente postas pelo processo histórico-social. Nesse sentido, foge-se de qualquer consideração que se aproxime da ideia da unilateralidade

determinativa dos fatores objetivos, pois “tudo isso não aconteceu simplesmente com as pessoas, mas, a despeito de toda a sua necessidade objetiva, também é fruto de seus próprios atos” (LUKÁCS, 2013, p. 359).

Esses apontamentos são decisivos na medida em que revelam a reciprocidade determinativa existente entre fatores subjetivos e objetivos. As condições objetivas colocam questões aos indivíduos. Esses, por sua vez, ao propor respostas para os problemas e conflitos sociais postos em seu próprio cotidiano, ao refletirem de maneira ativa sobre as possibilidades e necessidades provenientes de sua realidade social, põem em marcha o curso das situações concretas de sua sociedade. As condições objetivas não se movem em detrimento dos fatores subjetivos, e o mesmo é válido para a situação contrária. Objetividade e subjetividade encontram-se em reciprocidade determinativa inexorável, são momentos distintos no interior de uma unidade.

Desse modo,

O caráter humano-social da gênese, do caminho encetado por um movimento, determina também a direção e o conteúdo da práxis posterior. O homem enquanto ser que responde nunca é independente da questão que a história lhe coloca, mas de igual maneira o movimento social que se tornou objetivo jamais pode se tornar independente de sua gênese humano-social, político-moral. (LUKÁCS, 2013, p. 509).

Isso equivale a dizer: o “campo de ação real em que aparece o fator subjetivo sempre está circunscrito pelo desenvolvimento socioeconômico” (LUKÁCS, 2013, p. 518). Entretanto, tal afirmação não significa que o fator subjetivo venha a ser negligenciado no interior de tal complexo ou apareça como simples derivação dos processos objetivos. Pelo contrário, tal determinação permite circunscrever o campo das decisões dos indivíduos ao plano efetivo de sua realidade social. Nesse sentido,

[...] toda pergunta só se tomar uma pergunta autêntica mediante a sua formulação que leva a uma resposta e não se restringe a um estado eventualmente difícil de suportar, mas que o conteúdo, a direção, a intensidade etc. da resposta possa adquirir um significado decisivo para o resultado do enfrentamento dos problemas ocasionados pelo desenvolvimento objetivo. Os rumos que o desenvolvimento tomará em decorrência de uma crise dependem – sem, todavia, serem capazes de anular a necessidade essencial do desenvolvimento econômico – amplamente da resposta que tem origem no fator subjetivo. (LUKÁCS, 2013, p. 518-9).

No contexto dessas suas elaborações Lukács recorre à “A ideologia alemã” (Marx, 2007, p. 41-2) para explicitar suas considerações. Na Ideologia, as relações contraditórias do desenvolvimento das forças produtivas com as formações sociais são tematizadas por Marx, tais explicitações permitem a Lukács ilustrar o campo de possibilidades do fator objetivo dos grandes processos de transformação social. Contudo, Lukács observa que, em último caso, quem decide ou não pela transformação radical das bases da estrutura social, quem põe em curso os nexos que levam à total ruptura dos processos sociais vigentes, são sempre os indivíduos. As grandes transformações sociais que se processaram na história da humanidade, adverte Lukács, não são simples decorrências mecânicas instauradas e postas em curso pelo desenvolvimento das forças produtivas, cujas determinações estariam restritas às suas condições objetivas, assim como não são igualmente meros resultados de um acontecer histórico casuístico; pelo contrário, “dependem do fator subjetivo historicamente constituído, uma vez que a grande lição histórico-mundial das revoluções é que o ser social não só se modifica, mas reiteradamente é modificado”

(LUKÁCS, 2013, p. 524). Ressaltar a necessidade da existência de condições objetivas que viabilizem ações revolucionárias não significa, portanto, negligenciar o papel dos indivíduos e do papel das classes sociais revolucionárias no interior desses processos. Ambos os lados presentes no interior do movimento concreto malha social devem ser analisados em sua especificidade, as condições objetivas e o fator subjetivo apresentam-se no interior desse processo como determinações de reflexão. Não se pode, portanto, negligenciar nem a necessidade das condições objetivas nem negligenciar o papel das individualidades, assim como das classes sociais no interior desse processo.

Os mesmos elementos da crítica que Lukács em sua juventude dirigira contra Rudas, aparecem novamente nas páginas de sua obra derradeira. Todavia, nesse contexto, a amplitude de suas elaborações revela a natureza fundamentalmente distinta que amparam suas reflexões anteriores. Os dois lados da processualidade social são pensados sobre bases fundamentalmente distintas. Para o Lukács da Ontologia, a dimensão econômica como fator decisivo dos decursos e tendências do processo social não constitui de modo algum uma dimensão secundária. Porém ao enfatizar o âmbito decisivo da processualidade econômica não se incorre no equívoco oposto de afirmar um determinismo unívoco da esfera da economia. O elemento subjetivo dos processos sociais possui sua autonomia e aspectos próprios no interior do processo unitário.

De um lado encontramos a legalidade tendencial posta prevalentemente pela dimensão econômica da sociedade, aspecto caracterizado por Lukács como um processo que se modifica; entretanto, o outro lado do movimento deve ser evidenciado: os atos das individualidades no interior dos processos sociais, a atuação das classes sociais diante dos conflitos de sua realidade social, atuam nas diretrizes desse processo, desempenham um papel ativo na condução dos desdobramentos sociais. Esses fatores subjetivos no direcionamento do decurso dos acontecimentos sociais se manifestam na capacidade de conduzir os rumos do processo nas mesmas linhas dominantes de dados momentos ou até mesmo de modificá-los, conferindo a esses processos o caráter de uma inflexão – nesse sentido são modificados. De modo algum são dinâmicas que atuam de maneira paralela, sem qualquer interseção em suas linhas de atuação; muito pelo contrário, o movimento é caracterizado pela interpenetração de dimensões diferenciadas de uma mesma unidade.

A consequência histórica necessária dela (da revolução) é que o desenvolvimento econômico pode até criar condições objetivamente revolucionárias, mas ele de modo algum produz simultaneamente em conexão obrigatória com elas o fator subjetivo fática e praticamente decisivo. As circunstâncias histórico-sociais concretas precisam ser investigadas concretamente em cada caso singular. De modo universalmente ontológico, elas estão baseadas, em última análise, no caráter alternativo de toda resolução humana, cujo pressuposto necessário é que os mesmos acontecimentos sociais influem diferentemente sobre os diferentes estratos e, em seu âmbito, sobre os diferentes indivíduos. (LUKÁCS, 2013, p. 524).

Não há dúvidas de que a objetividade dos processos econômicos constitui elemento decisivo para o desenvolvimento de subjetividades efetivamente transformadoras da realidade, porém isso nunca pode ser compreendido de maneira mecânica. A “grande lição histórico-mundial das revoluções”, acrescenta o autor, está no fato que “o ser social não se modifica, mas é reiteradamente modificado”.

Bastaria pensar na determinação marxiana segundo a qual o desenvolvimento econômico e sua concomitante ampliação das capacidades produtivas humanas, em suma, “a criação cada vez mais ampliada de forças produtivas sociais é determinado como condição objetiva fundamental para a edificação de uma sociabilidade pós-capitalista” (FORTES, 2015, p. 191). Por meio das possibilidades postas por condições produzidas pela própria sociabilidade do capital, as bases objetivas tornam possíveis aos indivíduos a máxima realização de sua emancipação humana. Isso, no entanto, ocorre de forma contraditória. A máxima realização possível das capacidades humanas postas pela sociedade contemporânea somente ocorre em meio a um quase completo dilaceramento das individualidades, ou, para usarmos as palavras de Marx, ocorre “à custa da maioria dos indivíduos e de classes humanas inteiras” (MARX, 1974, p. 111).

O campo de possibilidades para a emancipação das individualidades encontra-se posto pelas condições objetivas, mas não no sentido de que isso se traduz de maneira imediata na realidade. Existe apenas como campo de possíveis, a realização depende das decisões alternativas assumidas pelos homens em seu decurso histórico:

Só o desenvolvimento das forças produtivas pode colocar os homens diante de tais alternativas ideológicas. Aqui, porém, aparece de modo ainda mais nítido do que até então na história da humanidade a situação ontológica que repetidamente expusemos: é a necessidade do desenvolvimento econômico que cria um campo de ação de possibilidades para as decisões ideológicas dos homens. (LUKÁCS, 2013, p. 533).

A base objetiva aparece como fator decisivo na condução e nas tendências postas concretamente para as individualidades. Porém, uma vez postas as condições objetivas, há de ressaltar que

O próprio processo econômico não determina mais se as respostas são dadas no sentido recém-indicado ou em sentido contrário, mas isso é consequência das decisões alternativas dos homens que são confrontados com elas por esse processo. Portanto, o fator subjetivo na história é, em última análise, mas só em última análise, produto do desenvolvimento econômico, pelo fato de as alternativas com que ele é confrontado serem produzidas por esse mesmo processo, mas ele atua, num sentido essencial, de modo relativamente livre dele, porque o seu sim ou o seu não estão vinculados com ele só em termos de possibilidades. Nisso está fundado o grande papel historicamente ativo do fator subjetivo (e, junto com este, da ideologia). (LUKÁCS, 2013, p. 531).

Lembrando as palavras de Marx na famosa Introdução de 57 aos “Grundrisse”, são “diferenças dentro de uma unidade” (2011, p. 53). Nos termos lukacsianos fatores distintos em determinação de reflexão no interior do complexo, cujo momento preponderante é o momento real do processo social.

Obviamente não há linearidade nos processos sociais, uma correspondência imediata das ações subjetivas derivadas diretamente das tendências objetivas da legalidade social, seus desdobramentos ocorrem quase sempre por movimentos contraditórios, direcionamentos que podem inclusive provocar o complexo descompasso entre os fatores objetivos e a constituição dos fatores subjetivos da realidade social.

Não por acaso Lukács demarcando as diferenças de suas últimas reflexões frente aos limites de suas elaborações juvenis, refere as considerações de Marx em Teorias do mais valor, que caracterizam a peculiaridade dessas contradições na ordem societária do capital:

A grande ideia de Marx, segundo a qual até mesmo a “produção pela produção significa tão-somente o desenvolvimento das forças produtivas do homem, isto é, o desenvolvimento da riqueza da natureza humana como em si”, coloca-se fora daquele domínio que História e consciência de classe está em condições de examinar. A exploração capitalista perde esse lado objetivamente revolucionário, e não se compreende o fato de que, “embora esse desenvolvimento das capacidades do gênero homem se efetua, de início, à custa da maioria dos indivíduos e de certas classes, ele acaba por romper esse antagonismo e coincidir com o desenvolvimento de cada indivíduo”. Não se compreende, portanto, que “o desenvolvimento superior da individualidade é conquistado apenas por um processo histórico em que os indivíduos são sacrificados. Desse modo, tanto a exposição das contradições do capitalismo como a da revolução do proletariado adquirem uma ênfase involuntária de subjetivismo dominante. (LUKÁCS, 2003, p. 16).

Em linhas gerais, apesar da continuidade da preocupação com a relação entre fatores subjetivos e fatores objetivos, a descontinuidade entre as reflexões do período juvenil e de sua fase tardia, pode ser localizada na exarcebção da importância dos elementos subjetivos em detrimento da precisa consideração dos fatores objetivos, aspecto marcante em suas obras anteriores. A imprecisão no entendimento desses últimos conduz à deformação na consideração do primeiro, dando às reflexões de sua juventude uma tonalidade de cunho subjetivista acentuado. Historicamente, Lukács compartilha do mesmo “utopismo messiânico do comunismo de esquerda” (LUKÁCS, 2003, p. 17) que caracterizou muitos dos pensadores e políticos de seu tempo, dando acento exagerado na consciência da classe trabalhadora na tarefa histórica da revolução.

Sem precisar fazer apelo a um “messianismo revolucionário, idealista e utópico” (LUKÁCS, 2003, p. 11), à luz das considerações da ontologia, cai por terra a ideia do determinismo unilateral dos nexos sociais e econômicos sobre as ações dos indivíduos. As concepções de mundo constituídas pelos indivíduos ao longo de sua vida social, assim como suas convicções e decisões, são elementos chaves no andamento do processo. A determinação do “homem como um ser que responde” se contrapõe à ideia do indivíduo como alguém que simplesmente reage a condicionamentos provenientes de fora. Dentro do campo de possibilidades concretamente existente é sempre o indivíduo quem decide entre as alternativas que ele é capaz de perceber e de construir em sua prática social. Mesmo nas práticas econômicas propriamente ditas os elementos da subjetividade não são meros conteúdos adjacentes, simples componentes de segunda ordem no interior dos processos. Os vários projetos e necessidades a serem executados na atividade econômica são, antes do início de qualquer processo, submetidos à avaliação do pôr, no qual quem decide pela execução ou não execução do projeto são sempre os indivíduos aí atuantes; desse modo, eles operam decisivamente nos rumos do próprio processo econômico.

Em suma, os fatores subjetivos são alçados ao mesmo patamar de importância que os elementos e condições postas pela objetividade social. Os nexos causais da objetividade social fornecem o campo de possibilidades para as ações e decisões dos indivíduos. Suas respostas não são resultados mecânicos dessa base, mas tomadas de decisões sobre as alternativas concretamente existentes; tais decisões, dentro do campo de possibilidades, podem ser respostas que simplesmente reproduzem ou mantêm os rumos das tendências em vigor ou mesmo respostas inusitadas que põem novos rumos a esses processos.

Decerto, um artigo de tal natureza não pode pretender esgotar um problema tão complexo como o que aqui foi discutido. Coube apenas advertir para a natureza das

considerações posteriores colocadas pelo próprio filósofo no intuito de chamar a atenção do leitor para os aspectos da continuidade e da descontinuidade entre as aqui designadas obras juvenis e suas obras tardias – em especial Para uma ontologia do ser social. Muito ainda há de ser investigado sobre a questão, não apenas no interior do pensamento de Lukács, mas como um problema de suma importância para a discussão da esfera da política.

REFERÊNCIAS

FORTES, Ronaldo Vielmi. A dialética entre o ideal e o material: o complexo categorial da politicidade na obra tardia de Lukács. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 173-199, 2015.

LUKÁCS, György. “**Die ontologischen Grundlagen des menschlichen Denkens und Handelns**”; in: DANNEMANN, R. e JUNG, W.; Objektive Möglichkeit: Beiträge zu Georg Lukács “Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins”; Opladen: Westdeustcher Verlag, 1995.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**. Volume 2, São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

LUKÁCS, György. **Reboquismo e dialética**. São Paulo, Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo. Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Theorien über den Mehrwert**. MEW 26.2; Berlin: Dietz Verlag, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

Data da submissão: 27/09/2018

Data da aprovação: 20/02/2019